



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O programa ProSavana  
e a Segurança Alimentar em Moçambique**

Suéllyn Schopping

**Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do  
título de Especialista em Relações Internacionais pela  
Universidade de Brasília**

**Orientador: Professor Doutor Pio Penna Filho**

**Brasília**

**2015**

## **Resumo**

A fome é um problema gravíssimo em vários países e fez várias vítimas ao longo da história da humanidade. Atualmente, porém, com os avanços da tecnologia, a humanidade é capaz de produzir alimento para suprir a demanda da população mundial. Os meios de produção e o alimento existem, o que falta, é o acesso a comida para as pessoas mais carentes. Não basta apenas dispor de tecnologia, é necessário dar acesso a um estilo de vida sustentável. Moçambique tem um dos índices de desenvolvimento humano mais baixos do mundo. Neste país está sendo implementado o ProSavana, para exportar o modelo de monocultura brasileiro, que concentra renda e polui o meio ambiente. O maior desafio que se apresenta é levar as novas tecnologias para aumentar a produção de alimentos em Moçambique, sem, contudo, suprimir o acesso a terra para a população rural que em grande parte é pobre e subnutrida. A agricultura familiar surge como proposta de desenvolvimento para os camponeses moçambicanos.

## **Abstract**

Hunger is a serious problem in many countries and always made several victims in the history of the humanity. Nowadays, however, with the advances in technology, the humanity is able to produce enough food to the demand of the world population. The means of production and the food already exist, what is lacking is the access to food for the poorest people. It is not enough just have technology, it is necessary to give access to a sustainable lifestyle. Mozambique has one of the lowest human development index in the world. In this country is being implemented the ProSavana, exporting the model of Brazilian monoculture, which concentrates income and pollute the environment. The biggest challenge is to get new technologies to increase food production in Mozambique, without, suppress the access to land for the rural population that is largely poor and undernourished. Family farming appears as development proposal for Mozambique's farmers.

## **Palavras-chave**

Fome, Segurança alimentar, ProSavana, hunger, food security, Mozambique.

## Introdução

A globalização tem diversos efeitos no mundo em que vivemos. A circulação não apenas das idéias, como também dos bens e dos modos de produção afetou várias esferas da sociedade. No que tange os aspectos econômicos a globalização e liberalização da economia tem-se mostrado catastrófica com o aumento da exclusão social. Sobre esta temática Castells afirmou:

O surgimento do informacionalismo neste final de milênio está entremeado de desigualdade e exclusão social crescentes em todo mundo. [...] O processo de reestruturação do capitalismo com sua lógica mais rigorosa de competitividade econômica, é responsável por boa parte deste sofrimento. <sup>1</sup>

Com o intuito de ter acesso à tecnologia dos países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos, que sofrem pela sua pouca produtividade devido à escassez de meios tecnológicos, acreditavam poder solucionar o problema da insegurança alimentar através da abertura de mercado. Porém isto não ocorreu. Com o fim das fronteiras alfandegárias e do protecionismo os pequenos agricultores se encontraram diante de uma concorrência desleal acabando com sua possibilidade de sobrevivência. Sem a concorrência nacional as multinacionais voltam a aumentar os preços de seus produtos, porém sem renda as pessoas não conseguem comprar seus alimentos. É assim que se sustenta um grave aspecto da indústria da fome, resultante da globalização da economia mundial.

A Primavera Árabe em 2010<sup>2</sup> teve início, entre vários outros acontecimentos, quando houve aumento dos preços dos alimentos e com isso a população deixou de poder comprar o necessário para sua alimentação<sup>3</sup>. O que se pode perceber com estas manifestações populares é que existe um desejo inalienável do direito a sobrevivência e a alimentação. A fome gera instabilidade política, econômica, social e afasta os investimentos dos detentores dos recursos fictícios da bolsa de valores

---

<sup>1</sup> CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Fim do Milênio. Volume III. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.81.

<sup>2</sup> PENA, Rodolfo Alves. Artigo digital: Primavera Árabe. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/geografia/primavera-Arabe.htm> >. Visitado em 07/03/2015.

<sup>3</sup> ALVES, José. Mudanças Climáticas e crise alimentar. Portal EcoDebate, 13/08/2012. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Mudancas-climaticas-e-crise-alimentar/3/25663> >. Visitado em 07/03/2015.

extirpando os laços que unem determinado grupo de pessoas ao grupo da sociedade “civilizada” que tem direito a vida.

Os fluxos de capital se deslocam na velocidade da luz e não se vinculam a um governo ou as necessidades de sobrevivência de uma população, mas a lucratividade. O desequilíbrio entre os recursos reais e fictícios da bolsa de valores gera crises, anomalias, epidemias de doenças psíquicas que distanciam o homem do significado de viver em sociedade. A falta de interesse em investimentos no uso de energia solar são uma evidencia disto, gera mais lucro utilizar o petróleo, construir hidrelétricas, fabricar o biodiesel. O movimento da sede insaciável pelo lucro levou ao absurdo projeto da proposta da privatização da água no Peru em 2005<sup>4</sup>. A ganância pelo capital parece não ter freio e tem-se multiplicado com a proposta um estilo de vida baseado num consumo exacerbado egocêntrico que despreza a defesa da existência do próprio ser humano no planeta terra.

## **1. O problema da fome**

O problema da fome tem várias origens na história da humanidade. Ultimamente, porém, a causa predominante é a desigualdade social. Entre 1960 e 2000 a população mundial passou de aproximadamente três para seis bilhões de habitantes<sup>5</sup>, ou seja, duplicou. No mesmo período a produção de alimentos foi ampliada em duas vezes e meia, o que tornaria possível uma melhoria nos níveis de alimentação per capita da população mundial. Ruben D. M. Ferreira afirma: “A contradição entre produção e disponibilidade de alimentos reafirma a suspeita de que o fator determinante da fome é a desigualdade na distribuição de renda e alimentos, não a produção de alimentos.”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Peruanos mobilizados contra a privatização da água. Peru,02/06/2005. Disponível em: < <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=16917>>. Visitado em 07/03/2015.

<sup>5</sup> Relatório sobre situação da população mundial 2011. UNFPA. Disponível em: < <http://www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>>. Visitado em 10/03/2015.

<sup>6</sup> Evolução da disponibilidade de alimentos a partir da produção agrícola mundial. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: < [http://www.each.usp.br/flamori/images/TCC\\_Ruben\\_2008.pdf](http://www.each.usp.br/flamori/images/TCC_Ruben_2008.pdf)>. Visitado em 12/03/2015.

A maior produtividade foi uma consequência da chamada revolução verde<sup>7</sup> que incluiu o uso de sementes melhoradas, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, o aperfeiçoamento do manejo agrícola com o uso de técnicas modernas e a expansão das áreas irrigadas. Porém, com a chegada das monoculturas, foram ampliados também os problemas ambientais como resultado do uso excessivo de agrotóxicos, a exploração intensiva do solo, a concentração da riqueza, o êxodo rural, o surgimento de favelas e o aumento da pobreza<sup>8</sup>. Nos últimos quarenta anos existem mais alimentos disponíveis, porém, pela má distribuição da renda, os problemas da fome e da subnutrição ainda não foram extintos.

As guerras, crises econômicas, as catástrofes naturais, os tipos de solo e relevo, o clima, a falta de mão de obra, a indisponibilidade de sementes e de orientação técnica, as pragas... São vários os fatores estruturais que influenciam e podem ameaçar a segurança alimentar. Em geral a subnutrição apresenta-se predominantemente vinculada às pessoas de baixa renda que não tem como plantar ou comprar o seu alimento. As populações rurais dos países mais pobres são as mais atingidas pela fome. Com a prática da monocultura muitos pequenos agricultores, sem terra, perdem sua única fonte de renda, e com isso não conseguem mais comprar seu próprio alimento.

Existem países que exportam alimentos, como Etiópia, Moçambique, Maláui, Zâmbia, Zimbábue, Níger, Tanzânia, Ruanda,<sup>9</sup> e ao mesmo tempo possuem grande parte da sua população passando fome<sup>10</sup>. Esta realidade pode ser explicada pela liberalização das economias nacionais, pela especulação dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional, pela má distribuição da renda, pela ausência de políticas públicas que contribuam no acesso ao alimento das populações mais pobres.

Uma das alternativas para sanar o problema da fome é a regulamentação do mercado de commodities alimentares. Jean Zeigler afirma: “Os especuladores jogam

---

<sup>7</sup> VASCONCELOS, Yuri. O que é revolução verde? Revista Vida Simples, 08/2007. Disponível em: < [http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo\\_244070.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml) >. Visitado em 20/03/2015.

<sup>8</sup> GONÇALVES, José Alfredo. Migrações internas, evoluções e desafios. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci_arttext) >. Visitado em 20/03/2015.

<sup>9</sup> Food exports (% of merchandise exports). The World Bank. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.FOOD.ZS.UN> >. Visitado em 20/03/2015.

<sup>10</sup> 2010 Global Hunger Index. International Food Policy Research Institute. Disponível em: < <http://www.ifpri.org/publication/2010-global-hunger-index> >. Visitado em 20/03/2015.

com a vida de milhões de seres humanos. Abolir total e imediatamente a especulação sobre os produtos alimentares constitui uma exigência da razão”<sup>11</sup>. Ele chama estes especuladores de “tubarões-tigre” por serem capazes de detectar vítimas a dezenas de quilômetros e aniquilá-las em um instante, satisfazendo sua voracidade obtendo lucros fabulosos. A percepção de uma nova forma de obtenção de mais lucros no ramo alimentício atraiu os “tubarões-tigre”, porém, diferentemente do ramo automobilístico, têxtil ou qualquer área industrial este mercado afeta a vida das pessoas de uma forma muito mais brutal, pois a falta de acesso aos alimentos pelo aumento dos preços pode causar a morte.

O interesse de alguns organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, são o de aumentar o retorno dos investimentos de seus acionistas e não de defender a existência da vida das pessoas, por isso são contra a regulamentação dos mercados agroalimentares. A função dos Estados, de proteger seus cidadãos e o seu direito de acesso aos alimentos, está sendo ignorada por não impor uma regulamentação. A este respeito Zeigler escreve: “Com os Estados ocidentais mostrando-se incapazes para impor quaisquer limites jurídicos aos especuladores, o banditismo bancário floresce atualmente mais do que nunca.”<sup>12</sup>

### **1.1 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

Diante de vários problemas mundiais, incluindo a tragédia do número de mortes pela fome, a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2000<sup>13</sup>, elaborou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O primeiro entre os 8 objetivos foi: “Erradicar a extrema pobreza e a fome”. Entre as metas deste objetivo estava a redução pela metade da pobreza extrema entre 1990 e 2015. A classificação de extrema pobreza é caracterizada pelas pessoas que vivem com menos de R\$ 2,36 por dia<sup>14</sup>. Esta meta foi alcançada, o percentual da população mundial que se encontra nestas condições passou de 47% para 22%<sup>15</sup>. É necessário evidenciar,

---

<sup>11</sup> ZIEGLER, Jean. Geopolítica da fome. Cortez Editora. São Paulo, 2012, p. 223.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>13</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: < <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> >. Visitado em 20/03/2015.

<sup>14</sup> Erradicar a extrema pobreza e a fome. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>>. Visitado em 02/03/2015.

<sup>15</sup> Idem.

porém, que a meta foi alcançada na média mundial, mas os dados de cada país, sobretudo os mais pobres revelam uma realidade diferente, melhor para uns, pior para outros. A taxa de pobreza extrema no leste asiático nos últimos 25 anos baixou de 60% para menos de 20%. Na África Subsariana a redução foi de 58% para 51%.<sup>16</sup> O relatório da FAO de 2014<sup>17</sup> relata que 63 países conseguiram alcançar a meta da diminuição da fome pela metade. O cenário da fome no mundo ainda é muito preocupante e não apresentou as mesmas melhorias que supostamente deveriam ter sido acompanhadas pela a redução da pobreza extrema, pois com mais dinheiro as pessoas deveriam ter condições de comprar mais alimento.

Sobre o papel da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na erradicação da fome Jean Zeigler<sup>18</sup> aponta para algumas razões que explicam a atual impotência deste organismo:

A política agrícola mundial, em particular a questão da segurança alimentar, é determinada pelo Banco Mundial, pelo FMI e pela OMC. A FAO está muito ausente do campo de batalha – por uma simples razão: ela está exangue.<sup>19</sup>

Nos últimos tempos a FAO se reduziu a uma agencia de produção de relatórios que não contribui muito para mudar o cenário da fome, porém inicialmente teve papel fundamental ativo no pós-guerra para a extinção da fome que assolava a Europa. Uma das razões da redução das atividades concretas no combate a fome se explica pelo fato da crise de 2008, onde as nações doadoras dos recursos destinaram quase metade dos recursos que matavam a fome de milhares de pessoas anos países pobres para salvar os bancos especuladores<sup>20</sup>. Existem conflitos de interesses entre os defensores do capitalismo liberal que “engessam” as atividades da FAO. Um exemplo foi dado por Zeigler<sup>21</sup> quando narra a tentativa de Jacques Diouf, diretor geral da organização entre 2000 e 2011, de propor, em 2008, através da Espanha, na Assembléia Geral da ONU, uma resolução que propunha uma série de medidas para conter os especuladores do mercado de alimentos a fim de garantir o direito a

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014. Resumo. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>>. Visitado em 06/03/2015.

<sup>18</sup> ZIEGLER, Jean. Geopolítica da fome. Cortez Editora, São Paulo, 2012, p. 148-183.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 173-175.

alimentação, porém foi derrotada por uma coalizão dirigida pelo representante dos Estados Unidos e alguns embaixadores que representavam os interesses de empresas privadas do ramo alimentício.

## 1.2 As conseqüências da fome

A fome, com a falta de proteínas, nutrientes essenciais e calorias pode levar a desnutrição, a falta de vitamina D pode levar ao raquitismo, a ausência de ferro pode causar a anemia. Existem ainda inúmeras doenças causadas pela falta de vitamina A e do complexo B. As carências na alimentação comprometem o sistema imunológico que combate várias doenças no organismo. Sem sua defesa natural pela carência nutricional, o corpo humano fica exposto a contrair doenças viróticas, bacterianas, ou doenças causadas por vermes ou protozoários.<sup>22</sup> A subalimentação é a causa indireta de maior importância na elevação dos coeficientes de mortalidade infantil, natimortalidade, retardamento do crescimento, mortalidade pela tuberculose, cárie dentária, beribéri, pelagra, verminoses, etc. Segundo Josué de Castro a insuficiente ingestão calórica também leva a uma reduzida capacidade de trabalho que cria um ciclo vicioso da pobreza-doença:

É que existem duas maneiras de morrer de fome: não comer nada e definhar de maneira vertiginosa até o fim, ou comer de maneira inadequada e entrar em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte. Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo. [...] A fome age não apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também age sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição.<sup>23</sup>

As conseqüências da fome são dramáticas e visíveis, os modos para solucionar este problema existem, com o uso das modernas práticas agrícolas e da tecnologia disponível. Existe um problema atual moral em nossa sociedade que permanece e

<sup>22</sup> MARTINEZ, Marina. Fome. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/fome/>>. Visitado em 02/03/2015.

<sup>23</sup> FOME COMO FORÇA SOCIAL: FOME E PAZ. Trabalho publicado na revista Pourquoi, número especial, março de 1967, Paris. Incluído no livro Fome, Um Tema Proibido. Última Edição civilização Brasileira 2003. Organizadora: Anna Maria de Castro. Disponível em: <[http://pjf.mg.gov.br/conselhos/seguranca\\_alimentar/documentos/art\\_fome.pdf](http://pjf.mg.gov.br/conselhos/seguranca_alimentar/documentos/art_fome.pdf)>. Visitado em 02/03/2015.



que não muda há décadas, uma forte tendência a preservação do *status quo* da indiferença das elites dominantes. Jean Ziegler afirma que a visão malthusiana da “seleção natural”<sup>24</sup>, da qualidade superior de algumas raças ou pessoas que tinham direito de sobreviver superando a fome, havia sido superada após a II Guerra Mundial, quando os europeus viram que a fome era um instrumento de guerra e não uma forma de “seleção natural” e que com desenvolvimento de estruturas e mecanismos era possível combater a fome<sup>25</sup>. Infelizmente, porém esta visão conformista ainda hoje persiste. O sistema econômico vigente é insustentável e, muitas vezes, torna as pessoas cegas e surdas para as mortes que provoca por causa de suas práticas de exploração.

Ziegler sugere como uma utópica solução para o problema da fome a criação de um imposto anual de 2% sobre o patrimônio dos 1.210 multimilionários que existiam em 2010, o que resultaria nos 80 bilhões de dólares anuais necessários para acabar com este flagelo no mundo<sup>26</sup>. Porém, a doença da falta de empatia, e de colocar-se no lugar do outro, ainda não tem cura. A interdependência dos seres humanos no planeta terra poderia contribuir para formulação de soluções eficazes a fim de sanar as causas da fome no mundo.

## **2. Insegurança alimentar em Moçambique**

A insegurança alimentar é caracterizada pela incapacidade da aquisição de alimentos e pode ser definida pela: a) a insegurança transitória, quando a falta for temporária e causada pela seca, por ciclones, pela diminuição da produção de alimentos, pelo aumento do preço dos alimentos, pelas pragas, e b) a insegurança crônica, que é persistente, causada por fatores históricos como a pobreza, baixa fertilidade do solo, baixa educação nutricional, falta de acesso a água potável, doenças crônicas.<sup>27</sup>

Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) Segurança alimentar significa que as pessoas podem produzir

---

<sup>24</sup> ZIEGLER, Jean. Geopolítica da fome. Cortez Editora, São Paulo, 2012, p. 80-81.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 247.

<sup>27</sup> Terminologia de Segurança Alimentar e Nutricional e da Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar mais usada. Disponível em: <[http://www.agrisustentavel.com/doc/conceito\\_san.pdf](http://www.agrisustentavel.com/doc/conceito_san.pdf)>. Visitado em 28/02/2015.

suficientes alimentos ou comprá-los, para satisfazer suas necessidades diárias a fim de levar uma vida ativa e saudável.<sup>28</sup> Os grupos mais vulneráveis em Moçambique para insegurança alimentar são as crianças, órfãos, mulheres, idosos, viúvas, agregados familiares com baixa renda, agricultores com baixas produtividades, vítimas de desastres naturais. Eles se localizam em sua grande maioria nas zonas rurais.

Segundo dados da FAO de 2014, 27,9% da população de Moçambique sofre de desnutrição, o que corresponde a 7,2 milhões de habitantes, e 35% tem alimentação inadequada.<sup>29</sup> Os principais desafios em Moçambique não estão apenas relacionados com a quantidade, mas também com a diversidade de alimentos disponíveis, que são escassos em proteínas e micronutrientes. Mais de um terço da população vive com menos de US\$1 por dia<sup>30</sup>, a impossibilidade de comprar alimentos para estas pessoas que vivem com tão poucos recursos leva à subnutrição.

No livro anual de 2013 da FAO o percentual da população rural era de 68,8% e a população urbana de 31,2%. Do total da população rural cerca de 80% vive na miséria, pois além da escassez de recursos para o plantio a produção é afetada pelos choques climáticos recorrentes. Os riscos que as condições climáticas produzem também aumentam a vulnerabilidade da segurança alimentar.<sup>31</sup>

O percentual da população entre 0 e 14 anos é de 43,9% e acima de 65 anos é de 3,3%. A mortalidade infantil em 2011 era de 71,6 para cada 1.000 nascimentos, o que o leva a posição 176 no ranking, ou seja, entre os piores índices entre os 194 países da lista. A porcentagem de crianças abaixo dos 5 anos subnutridas é de 18,3% e de crianças atrofiadas nesta mesma faixa de idade é de 43,7%, as crianças perdidas pela fome foram 4,2%. A expectativa de vida era de 50 anos em 2010.<sup>32</sup> A longevidade das pessoas em Moçambique é também uma consequência da fome que contribui para que a expectativa de vida nesse país seja tão baixa.

---

<sup>28</sup> Segurança Alimentar. FAO. Disponível em:

<[http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/seguranca\\_alimentar.html](http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/seguranca_alimentar.html)>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>29</sup> Table of the number of people undernourished. FAO. Disponível em:

<<http://faostat3.fao.org/download/D/FS/E>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>30</sup> Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e SIDA – 2010-2014. Conselho de Ministros – República de Moçambique. Disponível em:

<[http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov/programa/PEN\\_III\\_2009-2014.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/PEN_III_2009-2014.pdf)>. Visitado em 20/03/2015.

<sup>31</sup> FAO Statistical Yearbook 2013. Disponível em:

<<http://www.fao.org/docrep/018/i3107e/i3107e.PDF>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>32</sup> Idem.

Para o Moçambique as terras disponíveis para a plantação não são um problema. Em 2011 os dados mostram um total de 62,82% do território agriculturável enquanto que a média mundial é de 37,61%, ficando com isso na posição mundial número 35, entre os países que mais possuem terras cultiváveis.<sup>33</sup>

## 2.1 Fatores históricos

A independência de Moçambique ocorreu em 1975, depois de quase cinco séculos de domínio português. O governo da República Popular de Moçambique estabeleceu um Estado Unipartidário inspirado em princípios marxistas com apoio diplomático de Cuba e da União Soviética. Em 1977 o país entrou em uma sangrenta guerra civil entre os opositores anticomunistas da “Resistência Nacional Moçambicana” (RENAMO) e o regime marxista. Em 1994 foram feitas as primeiras eleições multipartidárias e o governo manteve-se relativamente estável até os dias de hoje.<sup>34</sup>

As conseqüências da guerra civil foram devastadoras, cerca de um milhão de moçambicanos morreram durante o conflito, aproximadamente 4,5 milhões foram obrigados a fugir. Além da catástrofe humanitária, o conflito provocou o colapso da infraestrutura nacional, a falta de investimentos em ativos produtivos para o desenvolvimento da indústria nacional, a falta de planejamento, políticas ineficazes e o colapso da economia levaram a crises de fome generalizadas.<sup>35</sup> Entre 2006 e 2011 o crescimento médio do PIB foi de 6% e 7% ao ano, porém o país continua sendo um dos mais pobres e subdesenvolvidos do mundo<sup>36</sup>. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera Moçambique um dos menos desenvolvidos do mundo, ficando na posição 22 da lista.<sup>37</sup> As taxas do PIB per capita, o índice de

---

<sup>33</sup> World Development Indicators 2014. World Bank. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/products/wdi>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>34</sup> Mozambique: a tortuous Road to democracy by J. Cabrita, Macmillan, 2001. ISBN 978-0-333-92001-5.

<sup>35</sup> PERLEZ, Jane. A Mozambique Formally at Peace Is Bled by Hunger and Brutality. The New York Times, 13/08/1992. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1992/10/13/world/a-mozambique-formally-at-peace-is-bleed-by-hunger-and-brutality.html>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>36</sup> Mozambique – World Development Indicators. The World Bank. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/mozambique>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>37</sup> Least Developed Countries. UN-OHRLLS. Disponível em: <<http://unohrlls.org/about-ldcs/>>. Visitado em 28/02/2015.

desenvolvimento humano (IDH) de 0,393 – no ranking ficou como 178.º, os níveis de desigualdade de renda estão entre os piores do planeta.<sup>38</sup>

Outro agravante na gestão pública é a corrupção. No índice de percepção da corrupção de 2014, levantado pela Transparência Internacional, Moçambique está em 119º lugar entre os 175 países com a pontuação de 31|100.<sup>39</sup> Castells coloca a corrupção como uma característica de um regime predatório que contribui para o aumento da exclusão social.

O regime predatório é caracterizado pela concentração de poder na cúpula do governo e pela personalização das redes de delegação desse poder. O regime se impõe mediante o uso de impiedosa repressão. "Comissões" aos funcionários do governo, bem como corrupção e suborno generalizados, tornam-se o meio de vida da administração pública. Esse padrão de comportamento leva à erosão das instituições políticas enquanto sistemas estáveis, substituídos por círculos bem amarrados de lealdades pessoais e étnicas: o Estado inteiro transforma-se em um meio informal, enquanto o poder e as redes de poder são personalizadas. [...] O que realmente importa para compreender os atuais processos de exclusão social é que o modelo predatório, e não apenas a prebendalização, parece caracterizar a maioria dos Estados africanos da década de 90, à exceção da África do Sul e alguns poucos exemplos possíveis.<sup>40</sup>

Com o panorama de pobreza acima delineado pode-se concluir que a fome continue a atingir grande parte da população moçambicana, em um país com um crescimento econômico onde estão sendo geradas novas riquezas que, porém, não são distribuídas para a população menos favorecida. Não basta estimular o crescimento econômico para combater a fome, é preciso criar mecanismos que permitam que as populações camponesas, que representam mais de 70% da população, possam sobreviver com seu trabalho enriquecendo e tendo acesso ao alimento.

## 2.2 Baixa produtividade agrícola

Pesquisas do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) revelam:

Atualmente, 70% da população de Moçambique vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência. Embora se tenham

---

<sup>38</sup> Summary Human Development Report 2014. UNDP. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-summary-en.pdf>>. Visitado em 28/02/2015

<sup>39</sup> Corruption by Country/Territory. Transparency International. Disponível em: <<http://www.transparency.org/country#MOZ>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>40</sup> CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Fim do Milênio. Volume III. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.123.

assinalado esforços admiráveis para se resolver a questão, a produtividade agrícola extremamente baixa, combinada com uma alta vulnerabilidade dos choques climáticos significa que um grande número da população sofre de insegurança alimentar crônica e o rendimento dos produtos agrícolas é baixo e imprevisível.<sup>41</sup>

A falta de acesso a novas tecnologias e aos insumos faz com que o percentual da produção que atinge o mercado seja muito baixo. A comercialização da produção dos pequenos produtores é pequena, incompleta e mal-distribuída. Além disto, grande parte do território ainda não dispõe de infra-estrutura logística para o transporte dos alimentos. Muitas estradas e mercados foram destruídos pela guerra civil. A produção agrícola de baixa produtividade alcança cerca de 70% da demanda de alimentos nas zonas rurais e 17% nas zonas urbanas, onde o restante de 83% é ofertado pelo mercado externo.<sup>42</sup> Nas regiões urbanas o principal obstáculo para o acesso aos alimentos é o baixo poder de compra da população que ali reside.

Segundo dados do Banco Mundial, em 2012, o valor adicionado na agropecuária por trabalhador moçambicano, que é um indicador da produtividade na agropecuária, correspondeu a US\$ 301,14, enquanto que a média mundial foi de US\$ 1.177,38, fazendo com que Moçambique ficasse na posição número 120 no ranking mundial.<sup>43</sup>

### **3. Uma avaliação crítica do programa ProSavana**

#### **3.1 A Cooperação Internacional e a Política externa brasileira**

A diplomacia presidencial durante o governo Lula (2003-2010) mostrou-se mais ativa valorizando os nichos econômicos e políticos do Sul através de vários acordos de cooperação Sul-Sul. Inspirado no “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) no Brasil, o projeto PAA África, foi um exemplo de cooperação para promover a segurança alimentar e geração de renda para agricultores e comunidades

---

<sup>41</sup> Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento de Moçambique 2012-2015. Disponível em: <[www.undp.org.mz](http://www.undp.org.mz)>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>42</sup> Segurança Alimentar. Delegação da União Européia na República de Moçambique. Disponível em: <[http://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/eu\\_mozambique/tech\\_financial\\_cooperation/rural\\_de\\_v\\_agric/food\\_security/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/eu_mozambique/tech_financial_cooperation/rural_de_v_agric/food_security/index_pt.htm)>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>43</sup> Produtividade Agropecuária. Consulta Deepask. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=Consulte-o-valor-adicionado-na-agropecuaria-por-trabalhador-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial>>. Visitado em 28/02/2015.

vulneráveis em países da África<sup>44</sup>. Porém as atividades brasileiras na África não foram baseadas apenas na cooperação e na ajuda humanitária visando desenvolver um novo perfil de liderança que beneficia os mais pobres.

O aumento das ações brasileiras no continente africano contribuiu para a expansão do mercado brasileiro e beneficiou muitas empresas privadas como a Camargo Corrêa, Odebrecht, Grupo OAS e Andrade<sup>45</sup>. Para garantir a defesa de seus interesses estas empresas, também chamadas quatro irmãs, investiram mais de R\$479 milhões em financiamentos de campanhas eleitorais entre 2002 e 2012<sup>46</sup>. O volume de negócios brasileiros com a África saltou de US\$ 3,5 bilhões em 1997 para US\$ 15,6 bilhões em 2006<sup>47</sup>. A Odebrecht, por exemplo, iniciou suas atividades na Guiné Equatorial após a visita de Lula<sup>48</sup>.

Desde 2007, a atividade brasileira cresceu 10,7% ao ano na África, enquanto a chinesa subiu 11,7%. Junto com o direito de explorar os recursos naturais do continente vem a obrigação de realizar obras de infraestrutura para os governos – o que abre um mercado cativo para as empreiteiras. Não é por acaso que Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht estão entre os grupos brasileiros mais bem conectados no continente.<sup>49</sup>

Recentemente, nos anos do governo Dilma, a atividade do governo na África teve uma retração. Desde 2012 houve redução de 25% do orçamento brasileiro para projetos de cooperação e doações para o continente africano. Na África, a execução orçamentária da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) passou de R\$36,9 milhões em 2012 para R\$27,8 milhões em 2014. As atividades ou projetos da ABC em 2010 eram 253 e passaram para 161 em 2014. As exportações brasileiras para África

---

<sup>44</sup> Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) África. Disponível em: < <http://paa-africa.org/pt/>>. Visitado em 21/03/2015.

<sup>45</sup> SCHELLER, Fernando. Empresas brasileiras vão à luta na África. O Estado de São Paulo, 03/11/2012. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empresas-brasileiras-vaoo-luta-na-africa,133440e>> . Visitado em 21/03/2015.

<sup>46</sup> BELISÁRIO, Adriano. As quatro irmãs. Pública, 30/06/2014. Disponível em: < <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>>. Visitado em 21/03/2015.

<sup>47</sup> MAEAKDIYE, Alberto. Parceria e jeitinho em terras africanas. Revista Problemas Brasileiros, nº 387 - mai/jun 2008. Disponível em: < <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl230>>. Visitado em 21/03/2015.

<sup>48</sup> MELLO, Fernando, FOREQUE, Flávia. Lula levou diretor da Odebrecht em viagem oficial à África. Folha de S. Paulo, 24/03/2013. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1251454-lula-levou-diretor-da-odebrecht-em-viagem-oficial-a-africa.shtml>>. Visitado em 21/03/2015.

<sup>49</sup> Idem ref. 50.

passaram de US\$ 12,22 bilhões em 2011 para US\$ 9,7 bilhões em 2014, uma diminuição de 20%.<sup>50</sup>

### 3.2 A participação Japonesa

Segundo a pesquisadora da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tokio, Sayaka Funada-Classen, o Japão tem interesses que não visam prioritariamente o desenvolvimento para a segurança alimentar moçambicana ou apenas promover a imagem japonesa na arena internacional, mas a garantia da oferta de alimentos para o consumo do Japão. Na crise mundial de 1973 o Japão criou, juntamente com o governo brasileiro, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) no Brasil quando os EUA embargaram suas exportações de grãos e a ameaça do corte de suprimentos incentivou o projeto de produção de grãos. Atualmente, a crise de 2008 levou o Japão ao ProSavana. Com as crises mundiais o preço dos grãos se eleva e o alimento fica escasso pela diminuição das exportações. O Japão tem uma grande dependência das importações de alimentos atribuídos à alta densidade populacional que ocupa a maior parte do seu território e a pequena quantidade de terras propícias ao cultivo.<sup>51</sup>

### 3.3 O ProSavana

O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana) teve início em 2011 e é uma iniciativa trilateral entre o Brasil, Japão e Moçambique. Os recursos do programa provêm da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Por parte do Brasil a execução é feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O ProSavana tem como visão “melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e

---

<sup>50</sup> MELLO, Patrícia Campos. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. Folha de S. Paulo, 22/03/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml>>. Visitado em 21/03/2015.

<sup>51</sup> Projeto ProSavana em Moçambique visa garantir segurança alimentar do Japão, diz especialista. Deutche Welle. Disponível em: <<http://www.dw.de/projeto-prosavana-em-mo%C3%A7ambique-visa-garantir-seguran%C3%A7a-alimentar-do-jap%C3%A3o-diz-especialista/a-17128177>>. Visitado em 27 de janeiro de 2015.

inclusivo”. O primeiro tópico da missão do programa é: “Melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e produção, e diversificação da produção agrícola”, o segundo é: “gerar emprego através de investimentos agrícolas e do estabelecimento de cadeias de valor”.<sup>52</sup> Ele tem como objetivo a criação de novos modelos de desenvolvimento agrícola, considerando aspectos ambientais e socioeconômicos, na busca de um desenvolvimento agrícola rural e regional que seja orientado para o mercado e com vantagens competitivas.

Na região do corredor de Nacala predomina a savana, bioma que se assemelha ao cerrado brasileiro. Devido à vegetação e clima parecidos foi proposto que a tecnologia e as práticas utilizadas pela Embrapa no Brasil fossem “exportadas” para Moçambique auxiliando os 400 mil produtores rurais para que suas atividades se tornassem mais produtivas com a adoção de sementes melhoradas e uma modernização do sistema de produção. Este projeto abrange 19 distritos do país e atinge cerca de 11 milhões de hectares. A previsão é de que tenha a duração de seis anos, de 2011 a 2016.<sup>53</sup>

O ProSavana em seu estudo inicial foi desdobrado em três projetos:

1. O Projeto de Investigação (ProSavana-PI)<sup>54</sup> tem como objetivo melhorar a capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia. Este projeto tem a duração de abril de 2011 até março de 2016. Busca fortalecer a capacidade operacional dos centros zonais de pesquisa Nordeste e Noroeste do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), avaliar os recursos naturais e o impacto ambiental do projeto e desenvolver tecnologia de melhoria do solo para uso agrícola e pecuário validando a aplicação destas tecnologias nas unidades demonstrativas.

2. O Plano Diretor (ProSavana-PD)<sup>55</sup>, que busca elaborar um plano abrangente de desenvolvimento agrícola que beneficie o desenvolvimento social e econômico com um sistema de produção sustentável para a redução da pobreza no Corredor de Nacala, com especial atenção aos pequenos produtores. A área de estudo se estende aos distritos de Monapo, Muecate, Meconta, Nampula, Mogovolas, Murrupula,

---

<sup>52</sup> O que é o ProSavana. Disponível em: <<http://www.prosavana.com/index.php?p=pagina&id=27>>. Visitado em 27/02/2015.

<sup>53</sup> ProSavana. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/prosavana>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>54</sup> Idem ref. 57.

<sup>55</sup> Idem.



Mecubúre, Ribáuè, Lalaua e Malema, na Província de Nampula. Cuamba, Mecanhelas, Madimba, Ngauma, Lichinga, Majune e Sanga, na Província do Niassa. Gurué e Alto Molócuè, na Província da Zambézia. O projeto terá duração/03/2012 até o primeiro trimestre de 2014.

3. O Projeto de Extensão (ProSavana-PEM)<sup>56</sup>, que visa a implementação de projetos produtivos no âmbito da agricultura familiar e comercial. Este projeto tem a duração de maio de 2013 a maio de 2019.

Através dos estudos feitos na região abrangida pelo programa foram feitas especificações sob vários aspectos: zoneamento ambiental; o mapeamento socioeconômico, que se relaciona com indicadores como população rural, infraestrutura de transporte; o mapeamento da vulnerabilidade socioambiental; a classificação do uso e cobertura dos solos; e a escala de produção delimitando as áreas para produção em grande, média e pequena escala. Assim o território foi dividido em seis zonas, cada uma com sua estratégia de desenvolvimento.<sup>57</sup>

Título: ProSavana. Zoneamento da área de estudo<sup>58</sup>



Está previsto o desenvolvimento de conglomerados agrícolas, também chamados “clusters” assim descritos no manual do Plano Diretor do ProSavana:

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> SCHLESINGER, Sergio. Cooperação e investimentos do Brasil na África. O caso do ProSavana em Moçambique. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. Maputo, 2013. Disponível em: <[http://issuu.com/ongfase/docs/caderno\\_prosavana\\_fase](http://issuu.com/ongfase/docs/caderno_prosavana_fase)>. Visitado em 01/03/2015.

<sup>58</sup> Ibidem, p.22.

O desenvolvimento de clusters agrícolas representa uma abordagem estratégica para acelerar o desenvolvimento agrícola em um território específico. A linha central da estratégia de desenvolvimento é desenhar uma ou mais cadeias de valor com potencial sinérgico e em um contexto apropriado no diz respeito ao território, de modo a canalizar esforços para sua realização em um período menor do que aquele que poderia ser alcançado sem ações específicas integradas.<sup>59</sup>

Os clusters são constituídos por todas as partes que estão envolvidas na cadeia produtiva do início ao fim do processo, desde o fornecedor de sementes até o comerciante do mercado. A sinergia existente entre os diferentes atores que participam dos clusters possibilitaria um benefício para a economia local e permitiria que todas as partes envolvidas percebam a interdependência que existe entre todos os envolvidos para a melhoria do processo.

De acordo com o Plano Diretor a produção nos conglomerados se daria da seguinte forma<sup>60</sup>:

1. O conglomerado integrado de grãos tem a possibilidade de produzir soja, milho, girassol e avicultura. É destinado à cadeia de produção industrial empresarial.

2. O conglomerado de produção familiar de alimentos tem a possibilidade de produzir milho, mandioca, algodão, hortícolas e amendoim.

3. O conglomerado de produção de grãos e algodão tem a possibilidade de produzir soja, milho, algodão e avicultura. A principal categoria de produção é empresarial de média e grande escala.

4. O conglomerado da produção de caju tem como possíveis componentes de cultivo castanhas de caju, milho, feijões, mandioca, amendoim, gergelim, hortícolas e eucalipto. A principal categoria de produção é empresarial média e familiar.

5. O conglomerado integrado de alimentos e grãos tem como possíveis componentes soja, milho, algodão, sementes, hortícolas e avicultura. Este grupo é destinado tanto para a categoria empresarial como para a familiar.

6. O conglomerado de chá tem como possível componente o chá e sua principal categoria de produção é empresarial média.

---

<sup>59</sup> Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala – NOTA CONCEITUAL, 2013: 19. Disponível em: <[http://www.prosavana.com/pdf/note\\_pt.pdf](http://www.prosavana.com/pdf/note_pt.pdf)> Visitado em 01/03/2015.

<sup>60</sup> Ibidem, p.19-24.

7. O conglomerado de infraestrutura agrícola tem como possível componente: infraestrutura, logística, insumos e serviços. Fazem parte as categorias de atividades não agrícolas.

No que se refere às análises sociais e ambientais o Plano Diretor deixa explícito que “a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como definido na legislação de Moçambique será de responsabilidade do organismo de execução de cada componente do projeto na fase de implementação do Plano Diretor”.<sup>61</sup> Foi elaborada uma matriz de potenciais impactos negativos para comparar as alternativas de mudanças de estratégia no Plano Diretor para desenvolver mais tarde a questão da terra, a questão florestal, de segurança alimentar e repartição de benefícios.

O elenco, feito pelo Plano Diretor, dos impactos negativos sobre o meio ambiente são: poluição do ar, da água, despejo inadequado de resíduos, contaminação do solo, barulho e vibração, afundamento do solo, odor desagradável, contaminação por sedimento, perturbação de áreas protegidas, deterioração do ecossistema e da biodiversidade, mudança no regime hidrológico, erosão do solo e assoreamento, acúmulo de sal, alteração da paisagem e geologia, gestão inapropriada de locais abandonados, risco aumentado de incêndio florestal, efeito global transfronteiriço.<sup>62</sup>

Os possíveis impactos negativos sobre o ambiente social são: influência sobre povos indígenas e minorias, detrimento da herança histórica ou cultural, reassentamento involuntário, limitação do acesso aos recursos naturais, perda ou restrição dos meios de subsistência, séria mudança no estilo de vida, marginalização dos grupos vulneráveis, localização dos benefícios e danos, agravamento dos conflitos de interesses, ampliação da desigualdade de gênero, condições de trabalho e segurança ocupacional, contrariedade durante as construções, riscos de acidente e danos à saúde humana, propagação de doenças infecciosas como HIV/AIDS, possíveis delitos contra os direitos das crianças.<sup>63</sup>

É perceptível que sobre os impactos negativos os mais afetados serão os camponeses. Por representarem a maior parte da população e a mais vulnerável faz-se necessário desenvolver mecanismos de proteção para este grande grupo da

---

<sup>61</sup> Ibidem, p.26.

<sup>62</sup> Ibidem, p.27.

<sup>63</sup> Idem.

população. Não bastam mecanismos de compensação para mascarar uma injustiça que defende interesses do mercado. É necessário priorizar o benefício da população mais carente e não desrespeitar seu direito à vida privando-a do acesso à terra e à alimentação.

### 3.4 Efeitos do programa sobre a sociedade civil moçambicana

Vera Salazar, Doutora em Geografia e professora da Universidade Federal de Goiás, analisando o ProSavana aponta para a falta de comunicação com os pequenos agricultores como uma das maiores falhas na implementação do projeto: “Sem consultas, esta decisão apenas foi imposta para a população local”.<sup>64</sup> Existem muitas contradições entre o que está descrito na idealização do projeto e o que é relatado por organismos da sociedade civil moçambicana.

A falta de transparência e de diálogo com a sociedade na execução do projeto fez com que muitos camponeses tivessem medo de perder suas terras. Não foi apresentado um estudo de impacto ambiental para que o projeto fosse sujeito a análise para depois ser aprovado, conforme exigido por lei. Augusto Mafigo, presidente da União Nacional dos Camponeses (UNAC) afirmou que os camponeses nunca foram ouvidos nas discussões sobre o ProSavana para que pudessem saber o que significa e qual o objetivo do programa e também qual o modelo de exploração das terras.<sup>65</sup>

Dia 28 de maio de 2013 em Maputo foi redigida uma carta aberta aos governantes do Brasil, Japão e Moçambique em protesto ao ProSavana. Ela foi assinada por 23 organizações e movimentos sociais moçambicanos, apoiados por 42 movimentos internacionais. Eles reivindicaram a suspensão imediata do ProSavana para que seja instaurado um debate público profundo e transparente com todos os setores sociais do país. Este diálogo deve como prioridade o incentivo a agricultura camponesa, agroecológica e basear-se em uma política de soberania alimentar.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Antepassado brasileiro do ProSavana prejudicou pequenos agricultores, dizem estudiosos. DW. Disponível em: <<http://www.dw.de/antepassado-brasileiro-do-prosavana-prejudicou-pequenos-agricultores-dizem-estudiosos/a-17067517>>. Visitado em 27/02/2015.

<sup>65</sup> Camponeses moçambicanos sentem-se excluídos do ProSavana. DE. Disponível em: <<http://www.dw.de/camponeses-mo%C3%A7ambicanos-sentem-se-exclu%C3%ADdos-do-prosavana/a-17075860>>. Visitado em 28/02/2015.

<sup>66</sup> ProSavana: Brasil banca usurpação de terras em Moçambique. 30/05/2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/prosavana.html>>. Visitado em 01/03/2015.

O histórico da execução de projetos em Moçambique deixou marcas negativas para a população. Alguns casos precedentes de cooperação com a participação da iniciativa privada podem evidenciar a razão dos anseios atuais. Um exemplo foi o projeto da mineradora Vale S.A., onde a instalação de uma mina de carvão em Moatize, na província de Tete, provocou a desocupação das terras de mais de 1300 famílias de camponeses sem que fossem devidamente indenizados. Para a construção destas minas de carvão da Vale e suas instalações foram contratadas a Odebrecht e a Camargo Correa. A Odebrecht também se ocupou da construção das casas das famílias que foram reassentadas, porém estas casas poucos meses depois de entregues apresentaram vazamentos e rachaduras e a erosão abalou a estrutura das casas. Estes camponeses estão morando em barracas enquanto aguardam a construção de suas casas pela segunda vez.<sup>67</sup>

### **3.5 A “exportação” do PRODECER para o ProSavana**

O PRODECER no Brasil durante a década de 70 expandiu e consolidou o modelo de latifúndios baseados na monocultura que contribuem para concentração da renda e a especulação do mercado de alimentos para obtenção de maior lucro com exportações. A Deutsche Welle (DW) África, uma emissora internacional da Alemanha, concluiu com suas pesquisas que os principais beneficiados pelo PRODECER foram os grandes produtores e que o projeto causou o empobrecimento dos pequenos agricultores.<sup>68</sup>

A prof. Maria Erlan Inocêncio, doutora em geografia e professora da Universidade Estadual de Goiás, afirma que muitos agricultores não se adaptaram ao meio urbano por não saber fazer outra coisa que não seja trabalhar com a terra e acabaram retornando ao campo na condição de bóia-fria.<sup>69</sup> Benedito Rosa, diretor de assuntos comerciais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Brasil, afirma que o PRODECER não foi bem sucedido em apoiar pequenos agricultores da região e trouxe produtores de outras regiões por considerá-los mais experientes que os produtores locais. Os camponeses, sem organizar-se em

---

<sup>67</sup> MELLO, Patricia Campos. Megaprojeto da Vale é alvo de protestos em Moçambique. Folha de São Paulo, 22/04/2013.

<sup>68</sup> Idem ref. 69.

<sup>69</sup> Idem.

cooperativas, não tiveram chance de ser competitivos no mundo na produção de grãos.<sup>70</sup>

No projeto brasileiro do cerrado o excesso de agrotóxicos utilizados contaminou não apenas os alimentos, mas também o ar, os lençóis freáticos e a população. O Brasil é o país de maior consumo de agrotóxicos do mundo. Em 2012 foram utilizados 1,04 bilhão de litros de agrotóxicos, sendo o Mato Grosso o Estado brasileiro que mais faz uso dessas substâncias, com 140,23 milhões de litros, que correspondem a 20% do total nacional. Os problemas de saúde gerados afetam inclusive os neonatos, pois foi constatado que o leite materno de 51 cidades do Mato Grosso está impregnado de agrotóxicos conforme informado pelo médico docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Wanderlei Antonio Pignatti.<sup>71</sup>

A quantidade de água disponível foi reduzida, pois, com o represamento das nascentes algumas fontes secaram. Houve um enorme desperdício de água com o sistema de irrigação implantado nas lavouras que utiliza pivôs centrais.<sup>72</sup> O uso desenfreado da água sem o cálculo de seus impactos, por exemplo, fez com que a população de Figueirópolis, cidade do Mato Grosso se mobilizasse pelo problema da escassez de água. Juberto Babilônio, doutorando na área de gestão ambiental e professor do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), dedicou-se em suas pesquisas à análise da bacia hidrográfica do rio Jauru, que abrange aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados. Ele afirma que uma das razões da escassez da água na região se deve ao fato de que as nascentes do Rio Jauru, localizadas em Porto Espiridião e Barra do Bugres, foram tomadas pelo uso intensivo do solo em monoculturas.<sup>73</sup>

Outro dano causado ao meio ambiente foi o desmatamento do cerrado para ampliar as terras de cultivo. As queimadas produzem gases que causam o efeito estufa e contribuem com a mudança climática. Além do aumento da poluição houve

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> FREDERICCI, Diego. Leite materno está contaminado em 51 cidades de Estado de MT. 02/10/2014. Disponível em: <<http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/51103-leite-materno-esta-contaminado-em-51-cidades-de-estado.html>>. Visitado em 27/02/2015.

<sup>72</sup> Projeto brasileiro que inspirou o ProSavana teve impactos ambientais graves. Disponível em: <<http://www.dw.de/projeto-brasileiro-que-inspirou-o-prosavana-teve-impactos-ambientais-graves/a-17054390>>. Visitado em 27/02/2015.

<sup>73</sup> Jornada das águas: participantes debatem alternativas para escassez de água em Figueirópolis. Assessoria de Comunicação - IFMT/Campus Cáceres. Disponível em: <<http://www.cas.ifmt.edu.br/noticias/1000346/>>. Visitado em 28/02/2015.

também uma grande perda da biodiversidade. O cerrado é considerado o segundo maior bioma do Brasil com mais de 10.000 espécies de plantas segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e corresponde a 23% da superfície do Brasil. Mais de 30% do cerrado já desapareceu e cerca de 60% já foi alterada pela ação do homem.<sup>74</sup> Com o PRODECER houve a morte e migração de espécies ameaçando a grande diversidade da flora e fauna do cerrado. No que tange os agravantes do projeto referente ao uso do solo a pesquisadora Maria Erlan Inocencio afirma que o modelo monocultor não é ideal, ele empobrece o solo com um único tipo de cultivo. A falta de cuidados com o solo na agricultura brasileira com a eliminação da mata ciliar dos rios provocou a erosão do solo que carregou a parte mais rica em nutrientes e levou ao assoreamento dos rios e a erosão de extensas porções de terra.<sup>75</sup>

Diante do dramático panorama que se apresentou com o PRODECER, sendo este o modelo a ser “exportado” para o ProSavana a sociedade civil moçambicana tem-se mobilizado para contestar a implementação deste projeto.

### **3.6 O “ouro verde” e as monoculturas como ameaças para a Segurança Alimentar**

Em muitas regiões as plantações da monocultura como a soja, o milho e a cana-de-açúcar, estão envolvidas com a destinação destas áreas à produção de energia através do Biodiesel, também chamado “ouro verde”, por substituir o petróleo. Esta competição entre áreas de cultivo de alimentos e áreas para produção de biocombustível tem levado a diminuição da produção de alimentos e contribui assim para o aumento da insegurança alimentar. A política de Obama nos EUA tem focado na produção do ouro verde com o etanol elaborado a partir do milho. No Brasil foram criadas várias políticas de incentivo à produção do biodiesel e com a diminuição das áreas para cultivo diminuíram também a variedade de cultivos. Atualmente o Brasil não tem autonomia alimentar. Em 2013 teve que importar 500

---

<sup>74</sup> O Xingu na mira da soja. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/soja/4.shtm>>. Visitado em 27/02/2015.

<sup>75</sup> Projeto brasileiro que inspirou o ProSavana teve impactos ambientais graves. DE. Disponível em: <<http://www.dw.de/projeto-brasileiro-que-inspirou-o-prosavana-teve-impactos-ambientais-graves/a-17054390>>. Visitado em 27 de dezembro de 2015.

mil toneladas de arroz e feijão.<sup>76</sup> A diminuição da oferta de alimentos e as crescentes importações resultaram no aumento do preço dos alimentos.

No parque industrial de Maputo está instalada a Petróleos de Moçambique SA (Petromoc) que é uma unidade de processamento de biodiesel. Ela possui 8 tanques de 83 mil litros para armazenagem do biodiesel e um reator com capacidade de processamento de 80 mil litros por dia. O ECOMOZ, projeto piloto de produção de biodiesel em Moçambique, foi inaugurado em 2007 e tem capacidade instalada para a produção de cerca de 40 milhões de litros de biodiesel por ano.<sup>77</sup> Outro exemplo de investimentos do país no biodiesel é a concessão feita para a empresa AVIAM<sup>78</sup>, de capital Ítalo-Moçambicano, para utilizar 10 mil hectares de terra na plantação de *Jatropha* no distrito de Nacala Velha.<sup>79</sup> Em Moçambique existem investimentos e projetos já concretizados para incentivar o cultivo do “ouro verde”. É de se questionar por que, em um país onde milhares de pessoas são subnutridas e sofrem pela fome, os territórios ocupados pelas plantações destinadas a produção do biodiesel não são destinados a contribuir para produção de alimentos para saciar a fome da população local.

Em Moçambique, o ProSavana, conforme especificado no plano diretor, destinou extensas áreas para o cultivo de monoculturas como a soja, o milho e o algodão. O Estado é o único proprietário da terra em Moçambique, mas ela pode ser utilizada em regime de concessão que disponibiliza um determinado território por 50 anos, e pode ser renovada por mais 50 mediante um imposto anual de R\$21,00 por hectare. Para os estrangeiros a única condição imposta é de que ao menos 90% da mão de obra contratada seja de moçambicanos<sup>80</sup>. O incentivo ao cultivo de

---

<sup>76</sup> CONAB, 2007. Disponível em: <[http://www.plantiodireto.com.br/?body=cont\\_int&id=785](http://www.plantiodireto.com.br/?body=cont_int&id=785)>. Visitado em 27/02/2015.

<sup>77</sup> Produzidos um milhão de litros de biodiesel. Portal do Governo de Moçambique. Maputo, 09/03/2009. Disponível em: <[http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_econom\\_neg/marco2009/nots\\_en\\_082\\_mar\\_09/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/marco2009/nots_en_082_mar_09/)>. Visitado em 02/03/2015.

<sup>78</sup> BIO COMBUSTIVEL - PROJETO OLEO VEGETALI DE JATROPHA NO MOÇAMBIQUE. Disponível em: <<http://www.aviam.it/port/mozambico.html>>. Visitado em 02/03/2015.

<sup>79</sup> BUCHILLI, Leonardo. Biocombustíveis, AVIAM Lda pode perder licença da terra. Agri-Hub Mozambique, 25/07/2012. Disponível em: <<http://apf-mozambique.ning.com/profiles/blogs/biocombust-veis-aviam-lda-pode-perder-licen-a-da-terra>>. Visitado em 02/03/2015.

<sup>80</sup> O neocolonialismo brasileiro em Moçambique. 25/08/2011. Disponível em: <<http://www.nossofuturoroubado.com.br/porta/o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique/>>. Visitado em 22/03/2015.



monoculturas eleva a concentração da renda e empobrece as populações locais. Este fator desperta o interesse de multinacionais e latifundiários brasileiros. Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos produtores de algodão declarou: “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete mais barato para a China. Hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza na área”. O ministro da Agricultura moçambicano, José Pacheco, comentou: “Os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que fizeram no cerrado há 30 anos.”<sup>81</sup> As afirmações acima evidenciam que existem graves ameaças aos pequenos produtores de Moçambique, pois o governo com tantas facilidades e aberturas para atração de capital estrangeiro pode retirar o direito do acesso a terra dos camponeses moçambicanos aumentando ainda mais a pobreza para a população rural nacional.

## **4. Agricultura familiar como alternativa ao agronegócio**

### **4.1 Agricultura Familiar**

A FAO define a agricultura familiar como um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família.<sup>82</sup>

A agricultura familiar faz uso de práticas ecologicamente mais equilibradas, preserva o cultivo de espécies mais variadas, preserva o patrimônio genético e contribui para a manutenção dos hábitos alimentares regionais e culturais, abre espaço para a multifuncionalidade do uso do solo, permite uma distribuição populacional mais equilibrada, pode fornecer alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade. Estes e outros fatores fazem com que o meio rural apresente soluções para as problemáticas atuais com melhoria do emprego e da qualidade de vida.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Moçambique oferece terras baratas para brasileiros plantarem. 14/08/2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mocambique-oferece-terras-baratas-para-brasileiros-plantarem,5d48adb2075fa310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Visitado em 02/03/2015.

<sup>82</sup> O que é agricultura familiar? Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Visitado em 22/03/2015.

<sup>83</sup> WANDERLEY, Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, p. 405.

Os pequenos agricultores possuem a maior parte das unidades produtivas na Ásia e na África, porém na América do Sul representam apenas 25%. Na China 20 milhões de propriedades familiares produzem um quinto dos alimentos consumidos pela população mundial. No Brasil os agricultores familiares correspondem a 74% da mão de obra empregada no campo e produzem o equivalente a 33% do Produto Interno Bruto (PIB). A maior parte da população extremamente pobre do mundo vive nas áreas rurais, correspondem a 70%, e dependem, em grande parte, do que plantam em suas propriedades.<sup>84</sup>

Sobre o papel da agricultura familiar no combate a pobreza o sociólogo Ricardo Abramovay, O pesquisador e professor titular de Economia da Universidade de São Paulo (USP), afirma: “Precisamos permitir a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres. Além disso, é necessário melhorar sua inserção em mercados que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos”<sup>85</sup>. Esta perspectiva de aumentar o poder aquisitivo dos agricultores familiares, para permitir sua inserção na mais ativa na economia, se enquadra dentro de uma perspectiva do mercado competitivo capitalista.

Existe outra corrente de estudiosos da agricultura familiar que não apelam a necessidade de modernização das práticas, mas, defendem a sustentabilidade dos sistemas de produção tradicionais e fazem resistência a funcionalidade lógica da expansão capitalista. Esta corrente está associada a agroecologia.

A agroecologia, na definição de Altieri<sup>86</sup>, valoriza a figura do camponês, os seus conhecimentos e a sua relação de convívio com o meio ambiente. O modelo apresentado não é o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina as tecnologias.

---

<sup>84</sup> SCHARF, Regina. Ano da agricultura familiar. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Sustentabilidade, 10/12/2013. Disponível em:< <http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/12/ano-da-agricultura-familiar/>>. Visitado em 22/03/2015.

<sup>85</sup> Fórum Internacional aponta cooperação e desenvolvimento territorial como estratégias de combate à pobreza. 23/11/2003. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/f%C3%B3rum-internacional-aponta-coopera%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-territorial-como-estrat%C3%A9gias-de>>. Visitado em 22/03/2015.

<sup>86</sup> ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

## 4.2 Agricultura Familiar em Moçambique

A agricultura é uma atividade econômica importante em Moçambique, empregando mais de 80% da população rural, contribuindo com 25% do PIB do país. O país tem quase 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas 5,7 milhões de hectares são ocupados por mais de 3,7 milhões de pequenas e médias propriedades. Cerca de 70% de toda a terra cultivada é ocupada por pequenas propriedades, com tamanho médio de 2 hectares, as “machambas”. Os principais produtos agrícolas de Moçambique são a mandioca e o milho.<sup>87</sup>

Os principais desafios enfrentados pelos pequenos agricultores se relacionam com baixa produtividade agrícola, o que pode ser atribuído à insuficiência da infraestrutura e dos serviços de apoio e os desafios para o comércio de seus produtos em mercados confiáveis. Apenas as variedades de sementes de baixo rendimento e métodos agrícolas tradicionais são disponíveis para os pequenos agricultores, e eles têm poucas alternativas para compor sua renda fora da agricultura, o que os torna particularmente vulneráveis em caso de escassez e desastres naturais.<sup>88</sup>

Em 2010 foi realizado um estudo sobre o impacto das políticas agrárias onde é evidenciado que o setor familiar de produção agrícola de Moçambique é constituído por 2,5 milhões de famílias que exploram cerca de 90% da área cultivada. A baixa produtividade deve-se ao fato de que entre os 3,3 milhões de agricultores apenas 3% faz uso de fertilizantes, 11% faz uso da tração animal e apenas 5% utiliza sementes melhoradas. O uso de insumos modernos, a mecanização, o nível de irrigação é muito baixo. Estes dados apontam para o enorme benefício que investimentos na agricultura familiar podem trazer com recursos para aumentar sua produção onde 70% da população seria beneficiada por ser essencialmente rural.<sup>89</sup>

Dia 04 de dezembro de 2014 aconteceu a Conferência do Setor Familiar e Desenvolvimento em Moçambique, organizada pelo Observatório do Meio Rural (OMR) e a União Nacional de Camponeses (UNAC). Naquela ocasião, Helder Mutei, atual representante da FAO em Portugal e ex-ministro da Agricultura de

---

<sup>87</sup> Moçambique – PAA África. Disponível em: <<http://paa-africa.org/pt/countries-partners/mozambique/>>. Visitado em 25/02/2015.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Estudo sobre o impacto da política agrária em Moçambique. Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais – CEMO. Maputo, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/IMPACTO%20POLITICAS%20AGRARIAS.pdf>>. Visitado em 02/03/2015.

Moçambique, afirmou que a expansão de mega empresas multinacionais do agronegócio faz surgir o risco de comunidades e famílias sem terra dando o exemplo dos efeitos caudados pela expansão das monoculturas no Brasil. Ele defende que com tanta pressão sobre o uso da terra no país o governo precisa de políticas voltadas ao apoio da agricultura familiar, que promove valores culturais, garante a segurança alimentar, a redução da pobreza, preserva as tradições alimentares saudáveis e também protege a biodiversidade.<sup>90</sup>

## Conclusão

O ProSavana supostamente surgiu com intuito de promover o desenvolvimento em Moçambique através da importação de novos mecanismos e tecnologia para melhorar a produtividade no cultivo da terra e saciar a fome de sua população. O Brasil e o Japão, que estão cooperando neste programa, não possuem o mesmo objetivo que o governo moçambicano, que é o de garantir a segurança alimentar para a população de Moçambique. Os interesses do agronegócio, que é manipulado pelo mercado internacional, não residem na busca de soluções para sanar a fome do país, mas sim em aumentar a lucratividade dos investidores.

As tecnologias para aumentar a produtividade não estão sendo disponibilizadas para os camponeses. Os incentivos do ProSavana estão sendo direcionados para latifundiários de outros países e a população rural moçambicana, ao invés, é sujeitada pelo próprio governo a ter que deixar suas terras para ceder espaço para os “mestres brasileiros da monocultura”. Os camponeses deparam-se diante dos “desafios” do livre mercado que os levam a uma disputa desleal com os grandes produtores. A falta de inclusão dos mais pobres no processo produtivo e no acesso às tecnologias acaba aumentando as desigualdades, a miséria para muitos e a concentração da renda para poucos.

A exportação do modelo do agronegócio brasileiro não irá beneficiar os camponeses de Moçambique, nem diminuir a fome a qual são submetidos. Um programa imposto pelo governo, sem diálogo com a sociedade civil, que não traga

---

<sup>90</sup> ADRIANO, Vicente. HÉLDER MUTEIA, REPRESENTANTE DA FAO EM PORTUGAL ALERTA PARA O RISCO DE SURGIMENTO DE FAMÍLIAS SEM TERRA EM MOÇAMBIQUE. União Nacional de Camponeses (UNAC), dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/116-helder-muteia-representante-da-fao-em-portugal-alerta-para-o-risco-de-surgimento-de-familias-sem-terra-em-mocambique>>. Visitado em 01/03/2015.

benefícios para sua população fere a legitimidade de seu poder. É necessário que o governo moçambicano aumente seus esforços para captar as reais demandas de seu povo, sem pensar apenas em movimentar a economia com atração de investimentos do exterior.

A carta redigida por vários organismos da sociedade civil moçambicana deixou claro que eles não eram favoráveis ao ProSavana no modo como estava sendo concebido e solicitaram a paralisação do programa para que fosse revisto e redigido em um diálogo aberto com a população. A proposta apresentada na carta foi de fortalecer e incentivar a agricultura familiar. Tais medidas seriam de estímulo para garantir a segurança alimentar e, por ser atividade econômica predominante da população, permitiria que as famílias melhorassem sua produtividade de forma sustentável.

## **Bibliografia**

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002.

ALVES, José. Mudanças Climáticas e crise alimentar. Portal EcoDebate, 13/08/2012.

BELISÁRIO, Adriano. As quatro irmãs. Pública, 30/06/2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>>. Visitado em 21/03/2015.

BUCHILLI, Leonardo. Biocombustíveis, AVIAM Lda pode perder licença da terra. Agri-Hub Mozambique, 25/07/2012.

CABRITA, J. Mozambique: a tortuous Road to democracy, Macmillan, 2001. ISBN 978-0-333-92001-5.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Fim do Milênio. Volume III. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHAVES, Nelson. A nutrição, o cérebro e a mente. Edições O Cruzeiro, 1971.

Elaboração do Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala – NOTA CONCEITUAL, 2013: 19. Disponível em: <[http://www.prosavana.com/pdf/note\\_pt.pdf](http://www.prosavana.com/pdf/note_pt.pdf)> Visitado em 01/03/2015.

Estudo sobre o impacto da política agrária em Moçambique. Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais – CEMO. Maputo, dezembro de 2010.

FAO Statistical Yearbook 2013.

FREDERICCI, Diego. Leite materno está contaminado em 51 cidades de Estado de MT. 02/10/2014.

FOME COMO FORÇA SOCIAL: FOME E PAZ. Trabalho publicado na revista Pourquoi, número especial, março de 1967, Paris. Incluído no livro Fome, Um Tema Proibido. Última Edição civilização Brasileira 2003. Organizadora: Anna Maria de Castro.

GONÇALVES, José Alfredo. Migrações internas, evoluções e desafios. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci_arttext) >. Visitado em 20/03/2015.

Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento de Moçambique 2012-2015.

MAEAKDIYE, Alberto. Parceria e jeitinho em terras africanas. Revista Problemas Brasileiros, nº 387 - mai/jun 2008.

MARTINEZ, Marina. Fome. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/fome/>>. Visitado em 02/03/2015.

MELLO, Fernando, FOREQUE, Flávia. Lula levou diretor da Odebrecht em viagem oficial à África. Folha de S. Paulo, 24/03/2013.

MELLO, Patrícia Campos. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. Folha de S. Paulo, 22/03/2015.

MELLO, Patricia Campos. Megaprojeto da Vale é alvo de protestos em Moçambique. Folha de São Paulo, 22/04/2013.

O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014. Resumo. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

PENA, Rodolfo Alves. Artigo digital: Primavera Árabe. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/geografia/primavera-Arabe.htm> >. Visitado em 07/03/2015.

PERLEZ, Jane. A Mozambique Formally at Peace Is Bled by Hunger and Brutality. The New York Times, 13/08/1992.

Relatório sobre situação da população mundial 2011. UNFPA. Disponível em: < <http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf> >. Visitado em 10/03/2015.

SCHARF, Regina. Ano da agricultura familiar. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Sustentabilidade, 10/12/2013.

SHELLER, Fernando. Empresas brasileiras vão à luta na África. O Estado de São Paulo, 03/11/2012.

SCHLESINGER, Sergio. Cooperação e investimentos do Brasil na África. O caso do ProSavana em Moçambique. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. Maputo, 2013.

Summary Human Development Report 2014. UNDP.

VASCONCELOS, Yuri. O que é revolução verde? Revista Vida Simples, 08/2007.

WANDERLEY, Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, p. 405.

ZIEGLER, Jean. Geopolítica da fome. Cortez Editora. São Paulo, 2012.